

16 de Agosto de 2017

“O VERDADEIRO OBJETIVO DA GUERRA É A PAZ” – Sun Tzu

NA PT PORTUGAL LUTA-SE PELA PAZ LABORAL

Os trabalhadores da PT Portugal, nomeadamente os da MEO, estão em Luta de uma forma pública e constante há 40 dias (desde a Concentração de Ativistas à porta do Ministro do Trabalho no dia 7 de Julho). Estão em Luta na defesa dos Postos de Trabalhos, dos Direitos dos Trabalhadores e do Futuro da Empresa.

As medidas de gestão na PT Portugal sob o comando da Altice fizeram soar os alarmes e colocaram a esmagadora maioria dos Trabalhadores contra a Gestão de Topo, pois conseguiram tornar o dia-a-dia na Empresa num ambiente de grande angústia e sofrimento (veja-se o aumento exponencial de recurso dos trabalhadores a acompanhamento médico).

As diretrizes impostas a partir da Altice Internacional apontam para uma “violência” completamente ilegítima sobre os trabalhadores que visa destruir o modelo social construído por gerações e gerações de trabalhadores (a PT e as empresas que lhe deram origem têm mais de 120 anos de atividade em Portugal) e pressioná-los para que aceitem rescindir os seus contratos de trabalho (RMA), aceitem como normal ficar sem funções ou com funções desadequadas às suas categorias profissionais ou ainda aceitem fazer trabalhos temporários (passarem a ser CUT – trabalhadores com contrato de utilização temporária).

As orientações da Altice pretendem, ainda, reduzir mais direitos e encargos futuros, redução de custos à custa dos trabalhadores, impondo uma cultura de valores errada fazendo crer que a famigerada “agilização”, eufemismo para despedimentos encapotados, também através da figura da transmissão de estabelecimento, é uma oportunidade que os trabalhadores devem agarrar como a última tábua de salvação, isto para conseguirem, através da resignação dos trabalhadores e das suas ERCT destruir o trabalho efetivo e com direitos, transformando todos em precários (transformar a exceção em regra).

Como não se aceita esta política de gestão nem tão pouco tal injustiça, a Luta vai continuar nas seguintes dimensões:

REIVINDICATIVA – Junto da gestão para que esta inverta a sua postura. A reunião com a Eng.^a Cláudia Goya, nova PCE da PT Portugal, agendada para o dia 6 de Setembro, deve ter essa finalidade e ser um ponto de encontro na resolução dos problemas laborais.

INSTITUCIONAL – Junto do poder político (Governo e Parlamento) para que se criem condições de legislação que protejam os trabalhadores e combatam a fraude. Por isso é necessário continuarmos a insistir em sermos recebidos pelo Dr. António Costa, 1º Ministro.

JURÍDICA – Criar condições para reverter a situação da transmissão por decisão judicial, provando que a MEO usou a Transmissão de Estabelecimento de uma forma fraudulenta. O trabalho dos Gabinetes Jurídicos dos Sindicatos continua a ser feito em estreita colaboração entre si. É importante e insubstituível a recolha minuciosa de factos e dados para garantir o sucesso das ações judiciais. Facilitismo, Demagogia e Divisão só prejudicam os interesses dos trabalhadores incluindo os que já foram transmitidos.

REUNIÃO COM O SR. INSPETOR-GERAL DA ACT UMA REUNIÃO DE TRABALHO IMPORTANTE

Recentemente as ERCT reuniram com o Sr. Inspetor-geral da ACT (9 de Agosto), onde foram informadas que a ACT tem várias ações inspetivas em curso e que abrangem todos os assuntos estratégicos das relações laborais relacionados com os direitos dos trabalhadores, onde se inclui a violação do dever de ocupação efetiva e a transmissão de estabelecimento.

Fomos informado que brevemente chegará as nossas mãos um Relatório sobre a intervenção da ACT na PT Portugal e as respetivas penalizações aplicadas, deverá ser na semana de 21 de Agosto.

Em relação às lacunas existentes nos Artigos 285.º a 287.º do Código do Trabalho, nomeadamente o direito de oposição do trabalhador e o conceito de unidade económica informaram que não é do âmbito da ACT a sua resolução.

As ERCT continuam empenhadas em resolver o problema da regulamentação do direito de oposição do trabalhador na transmissão do contrato de trabalho e a obrigatoriedade de promover a sua recolocação na empresa origem (na base do direito alemão) e obter, sem ambiguidades, a clarificação do conceito de Unidade Económica Autónoma.

Pelo exposto, a Luta vai continuar, interna e externamente, até obtermos os resultados que os trabalhadores desejam e merecem, sobretudo acabar com a USP e acabar com este tipo de transmissões de estabelecimento (existe no ACT a figura da Cedência Ocasional).

Perante os factos já não há desculpas do Governo para não intervir na PT Portugal em relação à situação laboral, nomeadamente nas transmissões ao arrepio da Lei e fazer as correções necessárias para salvaguardar os direitos dos trabalhadores.

PRESIDÊNCIA DE CONSELHO DE MINISTRO, UM LOCAL QUE TAMBÉM É UM DOS NOSSOS ALVOS

Estivemos à porta da Presidência de Conselho de Ministros no dia 10 de Agosto, entregamos um Documento em nome destas ERCT e solicitamos a marcação de uma reunião. Tal ainda não se concretizou, mas continuamos a insistir.

Por isso já no dia 17 de Agosto, entre as 12h e as 14h, vamos estar novamente concentrados à porta da Presidência de Conselho de Ministro (Concentração de Dirigentes Sindicais e Ativistas) para entregar um novo documento a pedir a intervenção do Governo e a realização de uma reunião de trabalho com o Sr. 1º Ministro, Dr. António Costa.

Não desistimos de Lutar por uma PT Portugal melhor para todos os Trabalhadores.

TRABALHADOR DA PT PORTUGAL, CONTAMOS CONTIGO!